

FARACO, C. A. (2008). **Norma Culta Brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 196 p.

Débora Ribeiro de Almeida*

dralmeidajf@hotmail.com

Julia Loures Nunes**

juloures@hotmail.com

*Graduada em Letras (UFJF)

**Graduanda em Letras (UFJF)

Este livro trata de questões relativas à norma linguística e de problemas derivados do conservadorismo exagerado, em relação à Língua Portuguesa, presente na cultura nacional. O autor destaca, de forma clara, que o ensino de língua materna não considera a diversidade linguística, pois, ainda hoje, a maioria dos educadores desprivilegia a existência de uma língua formada por várias normas, e assim tentam impor apenas uma como legítima. Este é o ponto de partida para a presente obra, pois nele, Faraco busca argumentar sobre a relevância de se repensar a língua e os preconceitos intrínsecos a ela. Para tal, o autor apresenta um feliz panorama que engloba desde questões referentes às distintas denominações existentes em relação ao português, como: norma culta, norma gramatical, gramática da língua culta, língua padrão, língua certa, língua cuidada e língua literária; até questões que envolvem o histórico da Gramática e a relação entre a variação linguística e a escola.

O estudo divide-se em cinco capítulos, nos quais, ao final, objetiva levar a um questionamento sobre a forma de ensino-aprendizagem da língua portuguesa presente no atual sistema de educação, e propõe uma

pedagogia variacionista, na qual a língua é vista de forma heterogênea, que relaciona-se diretamente com questões culturais e políticas.

No Capítulo 1, *Afinando Conceitos*, o autor esclarece que os diferentes modos sociais de realizar grandes esquemas de relações da língua configuram-se em diferentes comunidades de fala, o que quer dizer que uma comunidade de fala não possui apenas uma norma, pois o fator contextual a determina. É importante esclarecer que Faraco faz uso do termo “norma” como uma maneira particular que cada comunidade usa a fala.

Desta forma, o autor mostra a necessidade indispensável de se distinguir norma culta falada de norma culta escrita, afirmando que a fala está bem mais próxima da linguagem urbana comum e que em uma situação monitorada, usa-se uma variedade escrita diferente da usada na fala.

No momento de tal distinção, o autor enfoca cuidadosamente que o adjetivo *culto* foi utilizado para definir uma das normas, dando origem a grandes preconceitos linguísticos que afetam profundamente a sociedade. Faraco aponta o efetivo limite do qualificativo *culto*, o qual refere-se a uma certa dimensão da cultura, isto é, à cultura escrita.

O autor apresenta sabiamente um tipo de norma que prevalece no discurso escolar, no senso comum e na mídia: a **norma curta**. Esta, que por sua vez, desqualifica o indivíduo por meio de um pequeno manual que separa o certo do errado, interpretando a língua como um sistema pronto, acabado e o que é ainda pior: invariável. Deste modo, entram o papel dos bons instrumentos normativos, que devem apresentar a diferença entre preferência e obrigatoriedade.

Durante o capítulo, o autor relata que as denominações das normas advêm da necessidade de se alcançar uma unidade linguística, devido ao

grande caráter social da língua. Percebeu-se então que um padrão de língua seria um instrumento de política linguística capaz de amenizar uma diversidade linguística e social. Surge, então, a norma padrão. É relevante enfatizar que o autor, de maneira objetiva, distingue norma culta de norma padrão, sendo a primeira uma expressão viva de segmentos sociais (usada pelos letrados em práticas mais monitoradas de fala e escrita); e a segunda uma codificação abstrata, sendo que ambas se assemelham quanto aos usuários: pertencem a classes sociais privilegiadas.

Nos Capítulos 2 e 3, *A Questão da Língua: Revisitando Alencar, Machado de Assis e Cercanias e A Questão Gramatical e o Ensino do Português*, respectivamente, Faraco aponta ao leitor um ideal gramatical, que deve ser um equilibrado misto entre a norma-padrão (e seus caprichos) e as descrições sistemáticas da norma culta/comum/standard. O autor busca, então, explicações para o fosso existente entre a norma padrão e a norma culta/comum/standard. Para tal, ele recorre a dois fatores: primeiramente, o período pós-independência e segundo, a origem da gramática. A finalidade de se recorrer a esses dois fatores é a tentativa de explicitar que aquele fosso existente envolve não só preconceito linguístico, mas social e político.

Assim, o autor aponta que no período pós-independência, existiu a tentativa da elite letrada do Brasil em querer se espelhar em uma cultura superior, que era indício de civilização, os escritores portugueses. O objetivo era criar uma nação branca e europeizada, o que significava distanciar-se e diferenciar-se do **vulgo** (a população etnicamente mista e de ascendência africana).

O segundo fator apontado é a origem da gramática, cuja definição, como menciona Faraco, segundo Varrão, o primeiro criador da gramática latina, é "a arte de escrever e falar corretamente, e de compreender

poetas". O importante era imitar a língua dos autores clássicos, esse era o ideal linguístico das pessoas cultas.

O que se constata, então, é que desde os fins do século XIX, está difundida uma espécie de cultura que diz o que é errado na língua, sem nenhuma crítica, a norma **curta**, cujo modelo de língua é não só anacrônico, como excessivamente artificial.

No Capítulo 5, *O Ensino de Português no Brasil: Alguns Paradoxos e Desafios*, o autor chega a triste conclusão de que o modelo deu certo, pois arraigou o pensamento de que a língua "certa" é aquela que é falada e escrita segundo um modelo congelado e invariável no tempo, contribuindo assim, para o pensamento de que o falante não sabe falar a sua própria língua, apenas porque não segue tal modelo arcaico, por assim dizer, pois a gramática não considera o uso, mas escritores clássicos do passado.

O que se observa, então, é que, após a democratização do ensino, os alunos provenientes das classes mais desfavorecidas encontram na escola um modelo de língua distante do seu, e talvez aí esteja não só a causa do fracasso escolar, mas também a contribuição para que este mesmo aluno ache que realmente fala errado a língua que é sua por direito.

Assim, o trabalho de Carlos Alberto Faraco faz-se necessário aos profissionais da educação que ainda seguem o pensamento de que existe apenas uma norma certa e que desconsideram o que é, na realidade, variação linguística, e assim se tornem educadores mais conscientes para realizarem um trabalho na escola não pautado no preconceito, mas na valorização das diferenças.

Enviada em 31 de maio de 2011.
Aprovada em 19 de julho de 2011.